



MOÇÃO Nº 1

Repúdio à criminalização do movimento sindical na defesa da educação pública.

A atual conjuntura política brasileira traz preocupantes fenômenos manifestados em diversos setores da sociedade. Os fenômenos de perfil conservador são minoritários, porém, não menos atentatórios aos avanços democráticos conquistados por meios de duros esforços de pessoas, que dedicaram suas vidas, e de organizações da sociedade civil brasileira.

Dentre essas organizações populares, os sindicatos dos trabalhadores da educação cumpriram e cumprem um intenso e importante papel na defesa de uma educação de qualidade para todos os brasileiros. Além disso, exerceram e exercem uma importante vigilância contra as mazelas administrativas e políticas dos responsáveis pela administração pública, em todos os níveis e setores, quando isso se faz necessário.

Lamentavelmente, ao mesmo tempo em que o país aprova um Plano Nacional de Educação, que possibilitará incontáveis avanços na oferta e na qualidade da educação, na valorização dos profissionais da educação e nas relações de trabalho entre o poder público e os seus servidores no âmbito da educação, ataques são desfechados por governos por governos e seus partidos contra as organizações sindicais e seus dirigentes.

Ao tentar criminalizar o exercício sindical por meio de ações judiciais que pleiteiam a restrição de direitos políticos de dirigentes sindicais, porque denunciam as precárias condições de trabalho dos profissionais da educação e o estado lamentável em que se encontram as escolas públicas, esses governos sim, cerceiam a liberdade de expressão, com a convivência do órgão de imprensa, perante tamanha infâmia, se omitem.

Tais ações ajuizadas por alguns governos, além de outras medidas de caráter político em curso no Congresso Nacional, seguem na contramão da história democrática. Enquanto o Brasil caminha para ratificar a Convenção 151, que assegura o direito à negociação coletiva aos servidores públicos, e propõe no PNE mesas de diálogos e participação, lamentavelmente se levantam dos porões atos que procuram retirar direitos.

Os processos de diálogos e a transparência são as melhores formas de resolução de conflitos e de desenvolvimento das relações em uma sociedade democrática. Sobretudo na educação, as relações entre gestores e servidores, entre professores e alunos e seus pais deve se pautar na gestão democrática por ser um instrumento de resolução de conflito e método pedagógico que possibilita às novas gerações apostarem na democracia, solidariedade, tolerância e respeito às diferenças como sendo as melhores qualidades de uma sociedade.

Diante desse cenário, os delegados da CONAE 2014 repudiam as ações de governo ou de quaisquer outros setores que agem com o perverso objetivo de cassarem os direitos políticos de dirigentes sindicais para inibirem o papel democrático para o qual os sindicatos foram criados.

Também conclamam a todos os cidadãos e organizações democráticas da sociedade a reagirem contra todas as formas de ataques aos direitos civis e coletivos assegurados pela nossa constituição.

21 de novembro de 2014

Proponente: CUT

Signatários: 15 Entidades Nacionais: CNTE, ABGLT, CUT Nacional, CTB, CONTEE, ANPED, UNE, FASUBRA, CADARA, CONFENEN, FNCE, UBES, PROIFES, ABRUC, CONTAG.

Destinatários: Sociedade e Organização Pública e Privada